

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA

Data Base: 15/08/2020

Versão: 3º

Última Atualização: 31/10/2023

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	DEFINIÇÕES	4
3.	PRINCÍPIOS	4
4.	DIREITOS E LEGALIDADE DO TRATAMENTO	6
4.1	DIREITOS DO TITULAR.....	6
4.2	LEGALIDADE DO TRATAMENTO.....	7
5.	PRIVACY BY DESIGN	8
6.	AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS	8
7.	FORMA COMO OS DADOS SÃO COLETADOS.....	9
8.	FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS	10
9.	FORMA COMO OS DADOS SERÃO UTILIZADOS.....	12
10.	DO CONSENTIMENTO	13
10.1	DO CONSENTIMENTO ESPECÍFICO	13
10.2	DA RETIRADA DO CONSENTIMENTO ESPECÍFICO.....	13
11.	COMO OS DADOS SÃO MANTIDOS SEGUROS	14
12.	GESTÃO DE RISCOS.....	15
13.	IMPOSSIBILIDADE DE ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS	16
14.	DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DOS COOKIES	17
15.	COMPARTILHAMENTO DOS DADOS.....	18
16.	TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS DADOS.....	18
17.	REtençãO DOS DADOS.....	19
18.	LEGISLAÇÃO E FORO	19

1. INTRODUÇÃO

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.086.249/0001-90, com sede em Novo Hamburgo/RS, estabelece a presente Política de Privacidade dos dados pessoais e dados sensíveis definidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) deixados por você (“Usuário”) quando utilizar os sites e serviços (tanto offline quanto online) da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO, servindo a presente Política de Privacidade para estabelecer quais dados são necessários fornecer para o fiel exercício de sua finalidade e propósito, assim como quando os mesmos poderão ser utilizados.

Em suas operações diárias de negócios a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO, faz uso de uma variedade de dados sobre as pessoas, incluindo:

- Empregados atuais, antigos e potenciais;
- Clientes;
- Usuários de seus sites;
- Fornecedores;
- Outras partes interessadas.

Ao coletar e usar esses dados, a empresa está sujeita a uma variedade de leis que determinam como tais atividades devem ser realizadas.

O objetivo desta política é estabelecer a legislação relevante e descrever as atitudes que a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO está adotando para garantir sua conformidade com a lei.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma das leis mais significativas que afetam a forma como a empresa realiza suas atividades de tratamento de informações. Dessa forma, é política da empresa garantir o cumprimento das determinações da LGPD e outras legislações relevantes, demonstrando, a todo momento, de forma clara e transparente, que estamos em conformidade.

A quem se aplica?

Esse controle se aplica a todas as operações, pessoas e processos que constituem o sistema de informações da empresa, incluindo diretores, funcionários, fornecedores e outros terceiros que tenham acesso aos dados tratados pela empresa.

A presente Política de Privacidade atende aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e prestação de contas para a realização do tratamento de dados pessoais.

2. DEFINIÇÕES

Há diversas definições listadas na LGPD. No entanto, as definições mais fundamentais em relação a esta política são as seguintes:

- **Dados pessoais são definidos como:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável ("titular dos dados"). Uma pessoa singular identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, por uma informação como um nome, um número de identificação, dados de localização ou fatores específicos como físico, biológico, identidade genética, mental, econômica, cultural ou social;
- **Tratamento de dados significa:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, tratamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **Controlador significa:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, sendo que os propósitos e meios desse tratamento são determinados pela legislação, pelo responsável pelo tratamento ou por critérios específicos.

3. PRINCÍPIOS

Há vários princípios fundamentais previstos na LGPD. Dentre eles os seguintes:

A coleta de dados pessoais deve respeitar:

I - Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

O responsável pelo tratamento deve demonstrar o cumprimento de todos os dispositivos do item acima.

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO garante que está em conformidade com todos estes princípios, tanto no tratamento que atualmente realiza, como na introdução de novos métodos que forneçam mais segurança, por exemplo, novos sistemas de TI.

O Usuário, com relação aos seus dados pessoais, poderá obter confirmação de tratamento, acessar, solicitar correção, requerer eliminação dos dados tratados mediante consentimento, solicitar portabilidade, revogar consentimento e todos os direitos previstos nos arts. 17 a 22 da Lei Geral de Proteção de Dados. Tais direitos poderão ser exercidos através do formulário disponível em sítio eletrônico da empresa. A resposta à solicitação requerida ocorrerá dentro do menor prazo possível.

4. DIREITOS E LEGALIDADE DO TRATAMENTO

4.1 DIREITOS DO TITULAR

O titular dos dados possui direitos previstos na LGPD. Estes consistem em:

- Direito a informação;
- Direito de acesso aos dados;
- Direito de retificação;
- Direito de eliminação;
- Direito a anonimização ou bloqueio no tratamento;
- Direito a notificação de retificação ou eliminação;
- Direito de portabilidade de dados;
- Direito de se opor à tomada de decisão automatizada.

Esses direitos são respeitados pela nossa empresa por meio de procedimentos adequados que permitem que a ação necessária seja realizada de acordo com os prazos indicados na LGPD.

Esses prazos são previstos conforme a tabela abaixo:

Solicitação de Dados	Prazo
O direito de ser informado	Até 10 dias
O direito de acesso	Até 10 dias
O direito de retificação	Até 10 dias
O direito de apagar	Imediatamente, exceto se houver justificativa legal.
O direito de restringir o tratamento	Imediatamente, exceto se houver justificativa legal.
O direito à portabilidade de dados	15 dias
Direitos em relação à tomada de decisões e perfis automatizados.	Não especificado

4.2 LEGALIDADE DO TRATAMENTO

Existem diversas alternativas de realizar o tratamento de dados respeitando a legalidade, conforme dispõe a LGPD. É política da empresa identificar a base legal adequada para realizar o tratamento e documentá-la. As opções são descritas brevemente nos tópicos a seguir:

- **Consentimento:**

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO sempre obtém o explícito consentimento de um titular para coletar e tratar seus dados, salvo as exceções previstas na LGPD.

No caso de crianças e adolescentes menores de 18 anos, o consentimento de pelo menos um dos pais ou do responsável deve ser obtido.

Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção e, em nenhum dos casos, poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento.

- **Obrigação legal:**

Se os dados pessoais precisarem ser coletados e tratados para cumprir a lei, o consentimento explícito não será necessário. Este pode ser o caso de alguns dados relacionados ao emprego e à tributação, por exemplo, e para muitas áreas abordadas pelo setor público.

- **Contratual:**

Quando os dados pessoais coletados e tratados forem necessários para cumprir um contrato com o titular dos dados, não é necessário o consentimento explícito. Esta situação pode ser verificada, frequentemente, nos casos em que o contrato não pode ser concluído sem os dados pessoais em questão, por exemplo, uma entrega não pode ser feita sem endereço do local.

- **Interesses Legítimos:**

Se o tratamento de dados pessoais ocorrer em razão do interesse legítimo da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO e for verificado que não afeta os direitos e liberdades do titular dos dados de maneira significativa, estará salvaguardado pela legalidade. Nestes casos, a avaliação do legítimo interesse da empresa deverá ser criteriosamente realizada.

5. PRIVACY BY DESIGN

A empresa adota os princípios do *Privacy by Design*, que consiste na proteção da privacidade e dos dados pessoais em todos os projetos desenvolvidos. Não é permitido desenvolver nenhum projeto, produto ou serviço, sem que a proteção da privacidade esteja no centro desse desenvolvimento.

A avaliação do impacto na proteção de dados incluirá:

- Consideração de como os dados pessoais serão processados e com quais objetivos;
- Avaliação se o tratamento de dados pessoais proposto é necessário e proporcional ao(s) objetivo(s);
- Avaliação dos riscos para os indivíduos no tratamento de dados pessoais;

6. AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO será a **controladora** dos dados coletados e somente repassará os dados para terceiros mediante autorização do usuário, salvo quando o repasse for exigido por determinação judicial, por imposição legal da autoridade policial e do Ministério público conforme disposto no art.17-B da Lei 9.613/98, ou para a fruição da prestação de serviços para a qual foi contratada.

Ao controlador compete as decisões a respeito do tratamento de dados, inclusive no que se refere a indicação do **Operador** que será responsável pelo tratamento dos dados.

7. FORMA COMO OS DADOS SÃO COLETADOS

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO poderá tratar os dados inseridos pelo Usuário ao preencher o cadastro (dados inseridos de forma espontânea). Também poderá efetuar o tratamento dos dados coletados automaticamente quando da utilização das páginas e da rede (IP, data e hora da conexão etc.).

Dados coletados automaticamente: A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO também coleta uma série de informações de forma automática, tais como: características do dispositivo de acesso, do navegador, IP (com data e hora), origem do IP, dentre outros. A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO fará uso de algumas tecnologias padrões, como *cookies*, dentre outras, que tem como propósito melhorar a experiência de navegação do Usuário.

O Usuário pode desabilitar, especificamente quanto aos *cookies*, a coleta automática de informações acima referida através do seu próprio navegador ou do nosso *website*. No entanto, ao desabilitar os *cookies* e/ou outras tecnologias, o Usuário, desde já, **fica ciente de que alguns recursos oferecidos pelo site poderão não funcionar corretamente**.

Sempre que o tratamento de dados tiver **finalidade publicitária (marketing)**, será necessário **CONSENTIMENTO ESPECÍFICO (conforme disposto no item 10.1)** para autorizar o tratamento.

Os dados coletados **poderão ser compartilhados** com: (i) demais empresas parceiras para garantir a adequada prestação dos serviços objeto de suas atividades; (ii) para proteção dos interesses da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO em qualquer tipo de conflito; (iii) mediante decisão

judicial; (iv) por imposição legal da autoridade policial e do Ministério público conforme disposto no art.17-B da Lei 9.613/98; (v) mediante determinação do Banco Central ou qualquer outra autoridade competente.

Informamos, ainda, que os dados poderão ser compartilhados para atender **interesses legítimos** da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO a fim de garantir o adequado cumprimento da prestação de serviços para a qual foi contratada, englobando-se, aqui, mas não se limitando, empresas provedoras de infraestrutura tecnológica necessária para o adequado funcionamento do *website*, eventuais intermediadores de pagamento, departamento jurídico (interno e externo), etc.

8. FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento dos dados tem por finalidade possibilitar a correta e adequada prestação de serviços para a qual o Usuário contratou a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO. Além disso, todo o tratamento destinado aos dados fornecidos pelo Usuário também tem por finalidade atender aos Órgãos Regulatórios, as determinações do Banco Central do Brasil, a Lei 9.613/98 (Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências), a Circular 3.978/2020 (Consolida as regras sobre os procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.) e a Circular 277 (Que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências) do Banco Central .

O fornecimento dos dados pelo Usuário é necessário para a adequada execução do serviço, atendimento das exigências do Banco Central e de toda a legislação aplicada. Sem eles, não será possível prestar os serviços contratados uma vez que o tratamento deles é realizado por imposição legal e por determinação do Banco Central.

Para fins de transparência e verificação da qualidade das informações, os principais dados que serão necessários informar são os seguintes:

CADASTRO DE PESSOA NATURAL

DADOS PESSOAIS	DADOS SENSÍVEIS
Nome	
CPF	Pessoa politicamente exposta
Passaporte	
Conselho Regional	
Carteira de Estrangeiro	Relacionamento com pessoa politicamente exposta.
Carteira Nacional de Habilitação	
Endereço residencial	
E-mail	
Número de telefone (residencial, celular, comercial)	
Endereço comercial	Nome e CPF da pessoa com quem se relaciona politicamente.
Nome da mãe	
Situação financeira (salário/pró-labore)	
Bens móveis/imóveis	
Dados do cônjuge	
Regime de bens	

CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA

DADOS PESSOAIS	DADOS SENSÍVEIS
Nome da pessoa de contato	
Cargo	
E-mail	Nome dos sócios politicamente expostos.
Nome dos sócios/acionistas	
CPF dos sócios	
Participação societária	

Nome dos Administradores/Diretores/Procuradores	Nome da pessoa politicamente exposta com quem se relaciona (CPF);
CPF dos Administradores/Diretores/Procuradores	
Nome dos Controladores finais dos acionistas	

OUTROS DADOS PODERÃO SER EXIGIDOS. AS TABELAS ACIMA DESCRIATAS NÃO SÃO LIMITANTES OU EXCLUDENTES DA NECESSIDADE DE FORNECIMENTO DE DADOS DIVERSOS DOS ACIMA RELACIONADOS.

Importante salientar que, de acordo com o **princípio da qualidade** dos dados, os dados pessoais coletados são relevantes aos propósitos para os quais serão usados. O Usuário declara que eles foram fornecidos espontaneamente, precisos, completos e atualizados, sendo que a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO se compromete com a sua preservação e proteção.

Os dados não serão usados para outros fins senão aqueles descritos neste item, salvo o consentimento do titular ou por determinação legal que autorize utilização diversa. **O legítimo interesse da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO também será compreendido como base legal para tratamento dos dados de maneira diversa da finalidade originalmente instituída.**

9. FORMA COMO OS DADOS SERÃO UTILIZADOS

Os dados serão utilizados para fruição dos serviços contratados, para melhoramento do serviço (quando necessário) e para fins de **marketing cuja finalidade é divulgar os serviços e produtos oferecidos pela EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO.**

Caso sejam coletados dados pessoais de crianças (menores de idade), haverá necessidade de consentimento específico de pelo menos um dos pais ou responsável legal. Em nenhuma hipótese serão repassados os dados pessoais de crianças para terceiros, salvo com o consentimento específico anteriormente referido.

10. DO CONSENTIMENTO

O consentimento é uma das bases legais para o tratamento dos dados pessoais, assim como os descritos na tabela abaixo:

Cumprimento de obrigação legal/regulatória	Execução de políticas públicas	Pesquisas elaboradas por Órgãos de pesquisa/estudo
Execução de contrato/diligência pré-contratual	Exercício regular de direitos	Proteção da vida
Tutela da saúde	Legítimo interesse	Proteção do crédito

Não haverá necessidade de autorização para o tratamento de dados pessoais quando estiver em curso alguma atividade de investigação e repressão de infrações penais, para atividades relacionadas à segurança pública, defesa nacional e segurança do Estado, atendimento de diretrizes e determinações do Banco Central, e para as demais situações relacionadas na tabela acima.

10.1 DO CONSENTIMENTO ESPECÍFICO

O USUÁRIO, ATRAVÉS DO PRESENTE CONSENTIMENTO ESPECÍFICO, AUTORIZA O TRATAMENTO DOS SEUS DADOS PESSOAIS PARA FINS DE MARKETING DIRECIONADO QUE SERÁ OBJETO DE CRIAÇÃO DA EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO. TAMBÉM AUTORIZA O RECEBIMENTO DE COMUNICAÇÃO RELATIVA A NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS FORNECIDOS PELA EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO.

10.2 DA RETIRADA DO CONSENTIMENTO ESPECÍFICO

O Consentimento específico contido no item 10.1. acima poderá ser revogado, a qualquer momento, por seu titular mediante manifestação expressa. Com a revogação do consentimento, os serviços de marketing direcionados serão imediatamente interrompidos.

Para revogar o consentimento, o Usuário pode contatar a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO por meio do formulário disponível em seu sítio eletrônico.

11. COMO OS DADOS SÃO MANTIDOS SEGUROS

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO armazenará as informações coletadas em suas Páginas em servidores próprios ou por ela contratados. Além disso, adota todos os procedimentos exigidos pela **Resolução CMN nº 4.893 de 26/02/2021**, que dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados meios razoáveis e autorizados pela Lei Geral de Proteção de Dados a fim de garantir a privacidade dos dados coletados. A título exemplificativo citam-se os métodos utilizados (padrões de segurança):

- Criptografia de dados pessoais e dados sensíveis com o objetivo de anonimizar os dados coletados;
- A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO possui proteção contra acesso não autorizado a seus sistemas;
- Apenas pessoas autorizadas podem acessar o local onde são armazenadas as informações coletadas;
- Os empregados, prestadores de serviços e todos aqueles que tiverem acesso aos dados pessoais e sensíveis tratados pela EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO estão obrigados, por força do Termo de Confidencialidade que assinaram, a manter sigilo absoluto sob pena de responsabilização civil e criminal.
- A empresa mantém todo o histórico de acesso aos seus arquivos a fim de identificar os responsáveis por eventuais incidentes relativos aos dados.
- Também possuímos programa de Gestão de Riscos devidamente implantada e, além disso, os funcionários foram devidamente treinados e capacitados ao regramento imposto pela Lei Geral de Proteção de Dados.

- Toda a empresa trabalha no sentido de preservar a inviolabilidade dos dados. Somente as pessoas que necessitam utilizar os dados para fins de dar prosseguimento à prestação de serviços contratada é que tem acesso aos mesmos. Além disso, toda a equipe passa por constante treinamento a fim de garantir que as políticas de segurança adotadas sejam aplicadas.
- Os dados não podem ser transportados em laptop, pen drives etc., como medida de segurança.
- Todo o pessoal envolvido no tratamento de dados conhece a Política de Privacidade da empresa.

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO adota os melhores esforços, no sentido de preservar a privacidade dos dados dos Usuários. Entretanto, nenhum site é totalmente seguro e não se pode garantir integralmente que todas as informações que trafegam nas Páginas não sejam alvo de acessos não autorizados perpetrados por meio de métodos desenvolvidos para obter informações de forma indevida. Por esse motivo, nós incentivamos os Usuários a tomar as medidas apropriadas para se proteger, como, por exemplo, mantendo confidenciais todos os nomes de usuário e senhas.

12. GESTÃO DE RISCOS

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO possui política de gestão de riscos relacionada a incidentes envolvendo os dados pessoais e os dados sensíveis do titular (Usuário).

Em caso de qualquer incidente relativo ao tratamento dos dados pessoais e dados sensíveis, a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO, através de seu DPO (Data Protection Officer), entrará em contato com o titular dos dados informando o tipo de incidente, as possíveis consequências e as atitudes já tomadas para minimizar as consequências do incidente ocorrido. A comunicação será feita através de e-mail, SMS e WhatsApp.

Notificação de Violção:

É política da empresa atuar de forma justa e proporcional com relação as ações a serem tomadas para informar as partes afetadas com relação a violações de dados pessoais.

Em consonância com a LGPD, no caso de verificação da ocorrência de uma violação que possa resultar em um grave risco para os direitos e liberdades dos indivíduos, a autoridade fiscalizadora será informada no prazo de 72 (setenta e duas horas) horas.

As ações a seguir são tomadas para garantir que a EXECUTIVE cumpra com sua responsabilidade, conforme imposições da LGPD:

- A base jurídica para o tratamento de dados pessoais é clara e explícita;
- Um encarregado de proteção de dados é nomeado com responsabilidade específica para proteção de dados da organização (DPO);
- Todos os funcionários que estão envolvidos no tratamento de dados pessoais entendem quais são as suas responsabilidades para seguir uma boa prática de proteção de dados;
- Treinamentos e informações sobre proteção são realizados constantemente;
- Regras sobre consentimento são seguidas;
- Estão disponíveis meios para que os titulares de dados exerçam os seus direitos em relação aos dados pessoais e essas solicitações são tratadas de forma eficaz;
- Revisões regulares de procedimentos envolvendo dados pessoais são realizadas.

Estas ações são revistas regularmente como parte do processo de gestão e monitoramento relacionado com a proteção de dados.

Ações de mitigação para a segurança da informação estão dispostos em manual complementar.

13. IMPOSSIBILIDADE DE ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

O direito de solicitar a eliminação total dos dados pessoais está assegurado ao Usuário conforme exposto anteriormente.

Porém, o pedido de eliminação, exclusão, alteração, impossibilidade de compartilhamento, bloqueio etc., somente não será atendido quando houver base legal que autorize a negativa da solicitação. São consideradas bases legais que impedem o exercício do direito (art. 17 a 22 da LGPD) dos usuários as relacionadas na tabela abaixo:

Cumprimento de obrigação legal/regulatória	Execução de políticas públicas	Órgãos de pesquisa/estudo

Execução de contrato/diligência pré-contratual	Exercício regular de direitos	Proteção da vida
Tutela da saúde	Legítimo interesse	Proteção do crédito

Importante lembrar que as informações coletadas pela EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO têm como finalidade atender à exigência legal estabelecida pela Lei 9.613/98, Circular 3.978/2020, Resolução 277/2022 e demais normativas e alterações vigentes dos órgãos reguladores da atividade de Corretora de Câmbio, o que também impede o exercício dos direitos mencionados neste item, sem prejuízo do atendimento de demais obrigações impostas por legislações.

14. DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DOS COOKIES

Cookies são pequenos arquivos armazenados no navegador ou no computador do Usuário com o objetivo de:

- a)** garantir a segurança da sessão e confidencialidade do Usuário;
- b)** coleta de dados para análise e audiência;
- c)** para entrega de publicidade ou conteúdo direcionado.

Utilizamos *cookies* para aprimorar a experiência de uso do sistema por parte do Usuário a fim de melhor atender aos seus interesses e necessidades, bem como para compilarmos informações sobre a utilização de nossos sites e serviços, auxiliando a melhorar suas estruturas e seus conteúdos, assim como a prestação de serviços.

Os **tipos de cookies** e suas respectivas bases legais que autorizam a sua utilização estão descritos na tabela abaixo:

Tipos de cookies	Base legal
Necessários/obrigatórios	Legítimo interesse

Análise e audiência	Consentimento
Marketing	Consentimento

Após o Usuário consentir para a utilização de *cookies*, a EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO armazenará um *cookie* em seu dispositivo para lembrar disso na próxima sessão.

O Usuário poderá, a qualquer momento, revogar seu consentimento quanto aos *cookies*.

Importante lembrar que, caso o Usuário não aceite algum dos *cookies* utilizados pela EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO, a qualidade dos serviços poderá ser severamente afetada.

15. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS

O compartilhamento dos dados será realizado internamente, ou seja, com os funcionários necessários para a execução do contrato de prestação de serviços e com profissionais externos também relacionados à execução do contrato. Caso seja necessário compartilhar os dados com outras pessoas não relacionadas acima, o cliente será previamente informado e solicitada a autorização.

Os dados coletados poderão ser compartilhados com: (i) demais empresas parceiras para garantir a adequada prestação dos serviços objeto de suas atividades; (ii) para proteção dos interesses da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO em qualquer tipo de conflito; (iii) mediante decisão judicial; (iv) por imposição legal da autoridade policial e do Ministério público conforme disposto no art.17-B da Lei 9.613/98; (v) mediante determinação do Banco Central ou qualquer outra autoridade competente.

Conforme disposto no art.17-B da Lei 9.613/98, a autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, pelos provedores de internet e pelas administradoras de cartão de crédito. (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012).

16. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS DADOS

A EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA não transfere, sem autorização do Usuário, dados pessoais coletados no Brasil para outros países. Em caso de transferência internacional

de dados, poderemos utilizar serviços de terceiros que buscam adotar padrões adequados em privacidade e proteção de dados pessoais.

Por ter a sua sede no Brasil, os dados pessoais coletados pela EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO LTDA são regidos pela lei brasileira. Ao acessar ou usar nossos serviços, o Usuário do aplicativo e site concorda com o processamento e a transferência de tais dados para o Brasil e, eventualmente, para outros países por meio do serviço de terceiros. O Usuário fica advertido que os seus dados pessoais, ao serem transferidos para esses países, estarão sujeitos à legislação do país para o qual os dados foram transferidos.

17. RETENÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados pela EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO possuem finalidade específica que justifica o seu tratamento. Tais finalidades são claramente informadas ao Usuário a fim de que ele tenha conhecimento dos motivos pelos quais os dados estão sendo fornecidos.

Após o cumprimento da finalidade, **os dados pessoais e os dados sensíveis serão automaticamente eliminados.**

Os mencionados dados também serão eliminados quando solicitado por seu titular, mas desde que o tratamento tenha sido autorizado mediante consentimento.

Apesar de requerido por seu titular ou após atingir a finalidade desejada que autorizou o tratamento dos dados pessoais e dos dados sensíveis, eles não serão eliminados quando houver base legal, contratual, regulatória ou legítimo interesse da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO que justifique a sua conservação e manutenção dos arquivos da empresa.

18. LEGISLAÇÃO E FORO

A presente Política de Privacidade foi redigida com base da Lei nº 13.709/2018, sem prejuízo das demais legislações que tratam da privacidade de dados e sempre respeitando as normas regulatórias de cumprimento obrigatório por parte da EXECUTIVE CORRETORA DE CÂMBIO para o cumprimento de seu objeto social. As partes elegem o foro da comarca de Novo Hamburgo/RS para dirimir qualquer dúvida decorrente deste documento.